

# Estudos e Aproximações Sobre o Comportamento Eleitoral e a Qualidade de Vida no Brasil

## Studies and Approaches about Electoral Behavior and Quality of Life in Brazil

Daniel Cirilo Augusto<sup>8\*</sup>  
Lidiane Aparecida Alves<sup>\*\*</sup>

**Resumo:** O presente trabalho trata sobre alguns elementos que aproximam o comportamento eleitoral à qualidade de vida, como renda e escolaridade. Analisa-se como a qualidade de vida pode ser potencializada por meio da decisão do voto e dos demais elementos que estão presentes na dinâmica eleitoral. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionários a eleitores brasileiros, bem como, pesquisa bibliográfica sobre o tema. Os resultados indicam que o comportamento eleitoral e a qualidade de vida são temas pertinentes e interligados. Ambos são influenciados e influenciadores da realidade socioeconômica.

**Palavras-chave:** Renda, escolaridade, qualidade de Vida, comportamento eleitoral.

**Abstract:** The current work its about some elements that approaches the electoral behavior to quality of life, as like, income and education. It's analyzed how the quality of life can be increased by the voting decision and the other elements that are present in the electoral dynamics. The methodology used was the application of questionnaires to Brazilian electors, as well research about the current subject. The results indicate that the electoral behavior and quality of life are relevant sub-

## Introdução

O comportamento eleitoral pode se entendido como o conjunto de atitudes do eleitor a respeito dos diferenciados processos eleitorais. Entretanto, pode-se considerar que este comportamento é formado durante os primeiros contatos do indivíduo com o seu contexto e não apenas nos próximos aos pleitos eleitorais. A decisão do voto consiste em elemento central deste comportamento, pois é o resultado de todo o processo de formação do eleitor.

A formação do eleitor decorre de diversos elementos, dentre eles a qualidade de vida (QV), que apesar de ser uma noção complexa e multidimensional que desafia uma definição concisa, pode ser compreendida a partir de

\* Graduado e Mestre em Geografia. Atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá-UEM. E-mail: danielciriloaugusto@hotmail.com

\*\* Graduada e Mestre em Geografia. Atualmente é doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU. E-mail: lidianeaa@yahoo.com.br

jects, as well interconnected. Both are influenced and influencers by the socioeconomic reality.

**Keywords:** Income, education, quality of life, electoral behavior.



domínios, como: educação, renda, saúde, saneamento, etc.

Ao considerar o domínio da política partidária, por exemplo, é especialmente importante o papel da educação em um sentido amplo e da escolaridade em um sentido estrito. Afinal, conforme apontam vários estudos sobre a qualidade de vida, a educação, em sentido amplo, é considerada a base para quaisquer melhorias socioeconômica. As recomendações feitas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE (2014) em seu relatório “Avançando Rumo ao Crescimento 2014” para que o Brasil amplie os investimentos em educação para a redução das desigualdades comprovam tal prerrogativa.

É nesta conjectura que este trabalho propõe-se discorrer, mesmo que brevemente, sobre a educação e a renda - elementos que possuem interface entre a qualidade de vida e o bem estar e as escolhas eleitorais. Nossa prerrogativa é que conforme aumenta renda e escolaridade, há uma melhora na qualidade de vida, logo esta qualidade de vida com reflexos no bem estar e possibilita ao indivíduo/eleitor condições para reflexão de suas escolhas eleitorais, por exemplo.

A lógica que Carreirão (2002) apresenta é a de que as escolhas que são pautadas em imagens e pessoas decrescem ao passo em que aumenta o nível de escolaridade, sendo que

o inverso também ocorre como aspectos originários das escolhas feitas por características partidárias. A renda organiza-se da mesma forma: conforme ocorre um aumento desta, cresce também a capacidade dos eleitores atuarem em suas escolhas através da sofisticação política.

De acordo com Minayo (2000) os índices de bem estar foram correlacionados a características específicas, tais como: as demográficas, sociais e geográficas. Ao que parece, a qualidade de vida não é definida exclusivamente a partir de critérios científicos ou técnicos. Por estes motivos, diversos autores remetem a discussão também para o âmbito político (e no nosso caso: político-partidário). Ou seja, os parâmetros para compor um padrão mínimo que permita a construção de agendas de intervenção ou a avaliação de políticas não são auto demonstráveis ou factíveis apenas em gabinetes e laboratórios, devendo resultar de debates sociais, e ainda, de consensos mínimos.

Vale ressaltar, que para o estudo proposto neste recorte de análise, utilizou-se como base dois principais procedimentos metodológicos. O primeiro é pautado nas análises acerca da bibliografia sobre a temática, em que analisou-se temas e conceitos que envolvem a qualidade de vida, o comportamento eleitoral, a decisão do voto, bem como, as possíveis aproximações entre os níveis de qualidade de vida e o comportamento eleitoral ao qual culminam nos estudos a partir da Geografia eleitoral.

Um segundo e também relevante procedimento metodológico, foi o trabalho de campo. Este consistiu na aplicação de questionários com eleitores brasileiros. Para a análise em questão, utilizou-se eleitores da cidade de Guarapuava-Paraná, em que elencou-se os locais de livre circulação para a recolha da amostra, com o intuito de priorizar uma amostra mais diversificada possível. Diante disso, ruas de grande circulação de pessoas (centro da cidade) e o terminal central de ônibus (Terminal da Fonte) foram os locais de coleta dos questionários.

A partir da análise bibliográfica, bem como, da aplicação dos questionários, a pesquisa obteve êxito e assim, possibilitou a construção de um raciocínio que permitiu a abordagem da qualidade de vida e seus elementos no construto de um comportamento eleitoral. As influências que esta qualidade de vida teve para o comportamento eleitoral, foram consideradas, como elementos primordiais para as referidas análises.

## A escolaridade e a renda enquanto condicionantes da qualidade de vida pelas escolhas eleitorais

Conceitos como qualidade de vida e bem estar, não possuem uma definição universal, são multidimensionais, encontram-se intrinsecamente relacionados e são abordados sob diversos enfoques e campos científicos, preocupados em conceitua-los, analisa-los e medi-los. No relatório “How’s Life? Measuring well-being”, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) considerou o bem estar humano como o alcance da QV (entendida como: saúde, emprego, educação, sociabilidade, participação e governança, qualidade ambiental, segurança e bem estar subjetivo) e das condições materiais de vida no presente, bem como no futuro, o que neste caso significaria sustentabilidade. Portanto, aborda o bem estar como determinado pela QV e determinante para a sustentabilidade. Logo, o bem estar seria um estado alcançado a partir de certas condições, materiais e imateriais, essenciais à vida. Esse entendimento é convergente com a perspectiva de organizações como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e as Nações Unidas (NU), a Comissão Europeia, por meio da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Trabalho (EUROFOUND), que ao investigar a QV, especialmente nos últimos anos, tem focado nas avaliações subjetivas, pois o bem estar subjetivo é determinado principalmente pelas liberdades (material e imaterial), condições de saúde, o equilíbrio trabalho-vida, a satisfação com os serviços públicos e as boas relações sociais, ou seja, certos elementos objetivos como renda, saúde e serviços públicos são meios para a qualidade de vida e bem estar. Em perspectiva semelhante, Lima; Boueri (2009, p.7) destacam que: a noção de bem estar inclui aspectos múltiplos, cuja inter-relação acaba por definir diferentes estados de bem-estar.

As dificuldades para definição de bem estar e QV, decorrem do fato de que, cada um têm sua própria concepção do sejam, Auquier *et al.* (1997), ao tratar da QV “a qualificam como um conceito equívoco como o de inteligência, ambos dotados de um senso comum variável de um indivíduo ao outro”. A autora destaca que as circunstâncias históricas, a cultural e a estruturação em classes sociais, são basilares para a variação destas noções. Contudo, mesmo que relativizados culturalmente no tempo e no espaço, há um patamar material mínimo e universal para se falar em qualidade de vida diz respeito à satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: alimentação, acesso a água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer; elementos materiais que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva. E, em relação à percepção, a autora parte da afirmação de

Witier (1997) “para o ser humano, o apetite da vida está estreitamente ligado ao menu que lhe é oferecido” para dizer que a apreciação subjetiva depende da objetiva.

A fim de aproximar de uma definição de QV, Rodrigues (2007) destaca a importância de se considerar as condições de vida, o quadro de vida, o nível de vida e o modo de vida. Sendo que as condições de vida estão diretamente relacionadas com os demais aspectos: “meio físico, natural e humano em função dos seus equipamentos, da situação geográfica da sua morada e da distância a todos os outros domínios de actividades (emprego, lazer, serviços)”, bem como com o “nível de vida dado que este determina frequentemente o modo de vida e, sobretudo, as potencialidades e possibilidades de vida de cada grupo social”.

Para os aspectos particulares que determinam as condições de vida, o quadro de vida “diz respeito ao ambiente natural (sítio, clima) e às modificações antrópicas (residência, equipamentos e arranjos urbanos diversos)” enfim tudo o que rodeia o indivíduo. Já o nível, para além de nível salarial, consiste na capacidade de recursos que “podem ser avaliados em função da riqueza e dos salários dos agregados mas, também, em função da riqueza da cidade”, a qual tem grande importância para “determinar as potencialidades reais de cada cidade de criar, equipar, manter e gerar o quadro de vida oferecido aos seus habitantes”. Por fim, o modo de vida é próprio a cada indivíduo, pois decorre de características específicas como idade, grupo social e/ou cultural, ou seja, “encontra-se ligado às potencialidades de cada grupo, potencialidades que podem ser de ordem económica (dado que o nível de vida determina inevitavelmente a forma de viver de cada um, bem como as suas necessidades e aspirações)” (RODRIGUES, 2007, p. 24-25).

Assim, mesmo que noção de QV seja polissêmica, por vezes, em função de suas relações intrínsecas a outras noções como: bem estar e desenvolvimento sustentável, e, mesmo seja tomada como sinônimo destas, por alguns estudiosos e órgãos. Há consenso com a multidimensionalidade, com a possibilidade de decomposição da QV em domínios objetivos e subjetivos, a fim de construir instrumentos para sua mensuração. Logo, com o intuito de acompanhar o desenvolvimento da sociedade tem-se a partir de sua evolução, a criação de indicadores que possam servir à sua análise. Historicamente, os indicadores utilizados têm variado entre as perspectivas mais social e mais econômica. A primeira predominou nos anos que antecederam a grande depressão, quando o enfoque passou à situação econômica, sendo que, posteriormente atenção se volta à situação social.

É, pois neste período que, para superar as medidas com foco na renda *per capita*, surgem pesquisas e propostas que buscavam considerar os múltiplos

aspectos da condição humana, abarcando noções como a de oportunidade e de justiça social. Destacam-se Streeten et al. (1981) que, em publicação do Banco Mundial, discutem o conceito de necessidades básicas. Rawls (1971) que constrói o argumento de acesso a bens primários. E, em maior evidência, Amartya Sen, desenvolve a concepção do *Capabilities*<sup>1</sup>. (LIMA; BOUERI, 2009, p.9).

Dentre os indicadores propostos com o intuito de considerar, além dos aspectos econômicos, os sociais e culturais tem-se Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tal índice, segundo Minayo (2000), por basear-se nas capacidades, seria um indicador sintético de qualidade de vida, afinal a saúde e a educação são estados ou habilidades que permitem uma expansão das capacidades. Em perspectiva semelhante Lima; Boueri (2009, p.21) enfatizam que sinteticamente o IDH, permite avaliar dois fatores cruciais relacionados ao bem estar, a saber:

O primeiro refere-se ao potencial do capital humano de determinada região e, portanto, ao seu potencial de desenvolvimento representado pelo processo de acumulação. Já o segundo, refere-se à noção de acesso a aspectos relacionados à qualidade de vida e à oportunidade de escolha dos indivíduos e, portanto, à questão de garantia de acesso a direitos básicos.

Os autores complementam que, as dimensões do IDH perpassam pelas diferentes perspectivas do bem estar (do utilitarismo às oportunidades de escolha), uma vez que: a renda “parece relacionar-se tanto à questão da satisfação de utilidades como à questão de oportunidades de realização de diferentes planos de vida em economias de mercado”. A educação, por vez, indicaria a “qualificação e garantia de direitos individuais refere-se tanto à produtividade dos indivíduos quanto à flexibilização da escolha individual de profissões, uma vez que garantiria a capacidade de aprendizado aos mesmos”. E por fim, a longevidade decorreria:

[...] do acesso a diferentes facilidades de saúde (hospitalar ou de estrutura domiciliar) relaciona-se à expectativa de vida e influencia a dinâmica de escolha intertemporal, além de possibilitar a observação de quanto os indivíduos podem planejar suas realizações sem a preocupação relativa a contingências de saúde alheias a sua vontade (escolha) (LIMA; BOUERI, 2009, p.21).

Por esses e outros aspectos, como sua aplicabilidade em contextos diversos, o IDH tornou um dos índices mais populares, servindo, inclusive de modelo para a construção de outros como: o Índice de Condições de Vida (ICV), Índice de Qualidade de Vida de São Paulo, IQV de Belo Horizonte, IQV para os municípios brasileiros, entre outros.

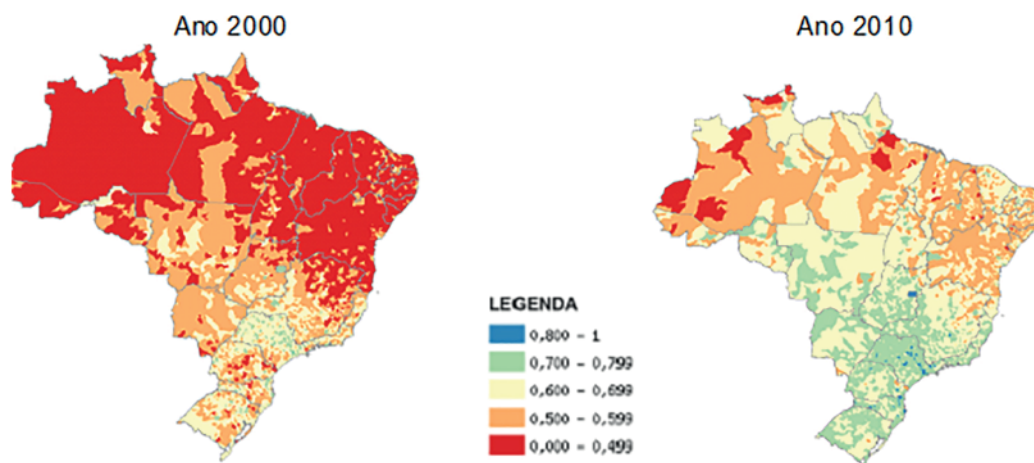
Igualmente, com o intuito de monitorar o desenvolvimento socioeconômico das cidades tem-se, especificamente, para o contexto brasileiro, o Índice FIRJAN

de Desenvolvimento Municipal – IFDM, criado em 2008 pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

Contudo, muitos estudiosos ressaltam, que dentre outros fatores, por ser um índice sintético, o IDH, assim como outros indicadores do mesmo gênero como o IFDM, apresentam limitações. Conforme lembra Minayo (2000) para as realidades semelhantes, há poucas discriminações, e o índice não consegue incorporar a algo próximo da totalidade do conceito central que tenta medir, o desenvolvimento que é uma noção diferente de crescimento e, sobretudo ampla e complexa, que perpassa pelas estruturas, instituições e mentalidades. Do mesmo modo, Lima; Boueri (2009) ressaltam a importância e as limitações do IDH, especialmente no sentido de contemplar a qualidade e a desigualdade de acesso aos serviços, os autores destacam também “a necessidade de normalização dos indicadores para a comparação de informações com natureza distinta; a arbitrariedade na escolha do sistema de agregação de índices individuais; e a dificuldade de avaliação intertemporal”.

Neste contexto, concorda-se com a perspectiva de Dowbor (2013) no sentido que os indicadores sintéticos são necessários e insuficientes. Devem ser pontos de referência, que indicam e permitem comparações gerais entre os locais. Mas, por não abordarem o processo, não identificarem os eixos de ação, já que cada realidade vai ter fatores próprios, que não estão contidos no indicador sintético, precisam, portanto ser desdobrado em indicadores detalhados. Em relação a estes, o autor destaca um ciclo de três dimensões fundamentais: a metodologia dos indicadores, a parte técnica; o ouvir a comunidade para saber o que é importante e, por fim, a comunicação, que se transforma em pressão política e transformações, pois ao conhecer a realidade as pessoas podem participar, acompanhar e apontar continuamente os focos de intervenção.

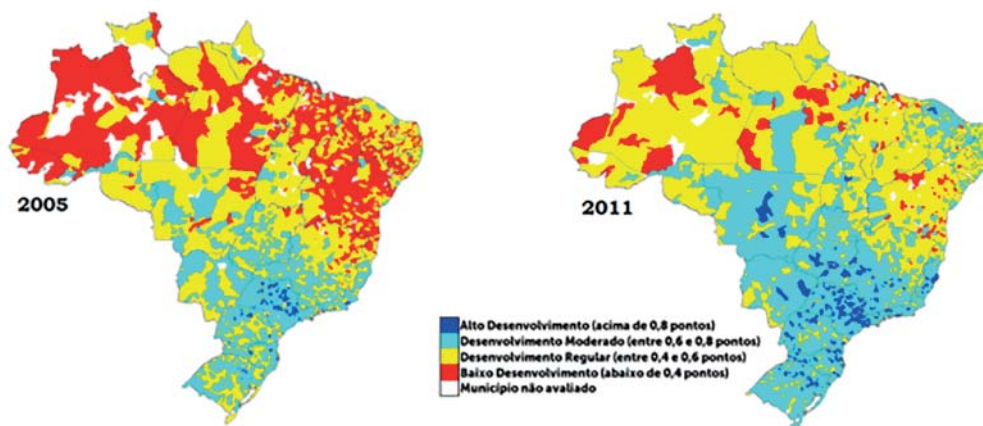
Logo, nesta perspectiva de servirem como pontos de referência para pensar as desigualdades geográficas, destaca-se para o contexto brasileiro, a partir da figura 1, Índice de desenvolvimento Municipal - IDHM (2000-2010) que congrega as dimensões: longevidade<sup>2</sup> (IDH\_L), educação<sup>3</sup> (IDH\_E) e renda<sup>4</sup> (IDH\_R), e da figura 2, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM que congrega: a Educação<sup>5</sup>, a Saúde<sup>6</sup> e o Emprego e Renda<sup>7</sup>.



**Figura 1** - Brasil: Índice de desenvolvimento Municipal – IDHM (2000 e 2010).

Fonte: PNUD (2013).

Org.: Os autores (2014).



**Figura 2** - Brasil: Índice FIRJAN desenvolvimento Municipal – IFDM (2005 e 2011)

Fonte: FIRJAN (2014).

Org.: Os autores (2014).

Ressalta-se a nítida diferenciação regional norte-sul, onde pode-se verificar o contraste de “dois Brasis” que, entretanto para os últimos anos, conforme os períodos temporais considerados por cada um dos índices, observa-se ascensão de vários municípios, a partir de melhoras nas dimensões que os compõe tais índices. Fica evidente, portanto que os índices são essenciais para uma noção geral, que carecem de análises mais detalhadas, tanto para o âmbito de cada dimensão considerada como para realidades geográficas particulares.



Considerando a QV e o bem estar, entre seus atributos, especialmente importantes, está a educação, em sentido amplo, considerada a base para quaisquer melhorias socioeconômicas, portanto conforme reconhece a OCDE (2014) um componente-chave do bem estar individual. Este elo essencial também perpassa por diferentes dimensões da vida, como por exemplo, na participação e nas escolhas eleitorais, garantido a melhoria da vida em diferentes setores, a partir da escolha dos representantes políticos; e no exercício da cidadania, que igualmente se fundamenta na educação no sentido de capital humano. Acrescenta-se ainda a importância da educação que, conjuntamente com outros aspectos pode viabilizar o aumento da renda.

No caso do estudo desenvolvido na Grande Phoenix pelo Instituto Morrison entre 1997 – 2004, a educação foi classificada como o atributo da QV mais ou o segundo mais importante para os residentes, tal como aponta as pesquisas do Gallup e de Lora (2010) para a realidade latino-americana. Segundo Lora, Chaparro, Rodríguez-Pombo (2008) o nível de escolaridade tem relação direta com a satisfação com a vida, no entanto a educação ainda não é possível para todos. Apesar de assegurar atitudes positivas e maior segurança maiores níveis de educação, geralmente pressupõe a possibilidade de escolher emprego, salários mais altos, inserir em estrato social, poder desfrutar de aspectos materiais, nas palavras dos autores “los individuos más educados tienen más opciones no sólo para satisfacer sus necesidades de consumo (aunque quizá sometidos a mayores aspiraciones), sino también para sentirse autónomos, competentes y conectados” (LORA, CHAPARRO, RODRÍGUEZ-POMBO, 2008, p.74).

Aspectos relacionados às questões econômicas como renda e trabalho igualmente têm grande relevância para a QV e o bem estar, pois são determinantes para comportamento de outras dimensões, como o conhecimento, busca e acesso a serviços essenciais. Ou ainda, segundo Rojas (2008, p.26) a renda é um recurso fundamental, talvez o mais importante, para alcançar o que uma pessoa considera de relevância para o seu bem estar; é um proxy direto para o bem estar. Sendo que, do ponto de vista econômico uma maior renda acaba por estar associada a uma melhor QV, contudo, conforme destaca Moreno (2008) no prefácio do livro “Calidad de vida más allá de los hechos” há que se considerar que, nomeadamente no caso latinoamericano, “los habitantes de algunos de los países más pobres son los más optimistas, em tanto que los residentes de algunos de los países más desarrollados son los más pessimistas”.

Contudo, análises sobre esta, especialmente no âmbito do emprego e em uma perspectiva subjetiva é envolta de complexidade, portanto, ao estudar a situação do emprego na América Latina, Lora (2008) chegou a conclusão de que a

maioria dos assalariados gostaria de ser autônomos, com flexibilidade e maiores possibilidades de desenvolvimento.

Com relação ao crescimento econômico e a renda Lora, Chaparro; Rodríguez-Pombo (2008, p.41) chamam a atenção para a ocorrência do chamado “paradoxo do crescimento infeliz”, que pode ocorrer tanto quando as taxas de crescimento são baixas ou negativas quanto altas, no primeiro caso não há razões para se sentir bem, e no segundo caso as expectativas em torno do crescimento econômico reduz a satisfação das pessoas em alguns aspectos da vida, especialmente nos países que alcançaram certo grau de consumo. Tal paradoxo é explicado pelo fato da satisfação não depender apenas da renda, mas também das expectativas de consumo que são aumentadas frente ao crescimento. Tal situação tem maior probabilidade de ocorrer onde a maioria da população já superou os níveis de consumo mínimos para as necessidades básicas, onde tem mais opção de consumo e gastos (LORA, CHAPARRO, RODRÍGUEZ-POMBO, 2008, p.49).

Com o enfoque nos indivíduos, os autores chegaram à conclusão de que a satisfação com os elementos materiais depende da relação entre o grupo do qual o indivíduo participa com a média do grupo de referência, ou seja, as aspirações individuais dependem do contexto em que a pessoa vive. De modo que, a concepção de QV pode apresentar uma grande variação. O que conforme explica Minayo (2000) esta relacionado com a dimensão da democracia, pois,

[...]. Quanto mais aprimorada a democracia, mais ampla é a noção de qualidade de vida, do grau de bem-estar da sociedade e da equidade ao acesso aos bens materiais e culturais. Manifesta-se de forma palpável na dimensão de convivência entre as pessoas, reveladora de urbanidade e respeito mútuo. Nesse sentido, a força espiritual da democracia é um fator de resistência à redução de todas as esferas da vida, ao fato econômico (MINAYO, 2000, p. 12).

Destaca-se que, apesar de não ser cientificamente comprovado, há indícios de que as melhorias em indicadores objetivos, como renda e escolaridade, estão associadas a melhorias na experiência subjetiva da QV, sendo que as mudanças na forma de percepção também estão associadas a ações como a participação política partidária. Logo, haveria um ciclo em torno destas dimensões.

## Renda e escolaridade como elementos na decisão do voto

Ao observar as características sociais e cognitivas das pessoas, se faz necessário compreender como procede as escolhas eleitorais. Processadas principalmente nos períodos eleitorais. Porém, a formação de tais escolhas, não se restringe apenas a estes períodos.

Dentre os inúmeros elementos para analisar a identificação das escolhas eleitorais de determinado grupo social ou indivíduo, tem-se o viés cognitivo do eleitorado - condicionado pelo seu contexto psicossocial. Esta conjuntura de convívio do eleitor condiciona suas escolhas eleitorais ao passo que estas, pode ser um fator condicionante da qualidade de vida e do bem estar. No sentido de que, os eleitos adotaram formas de governo, bem como políticas que irão promover melhores condições/qualidade de vida, essenciais ao bem estar.

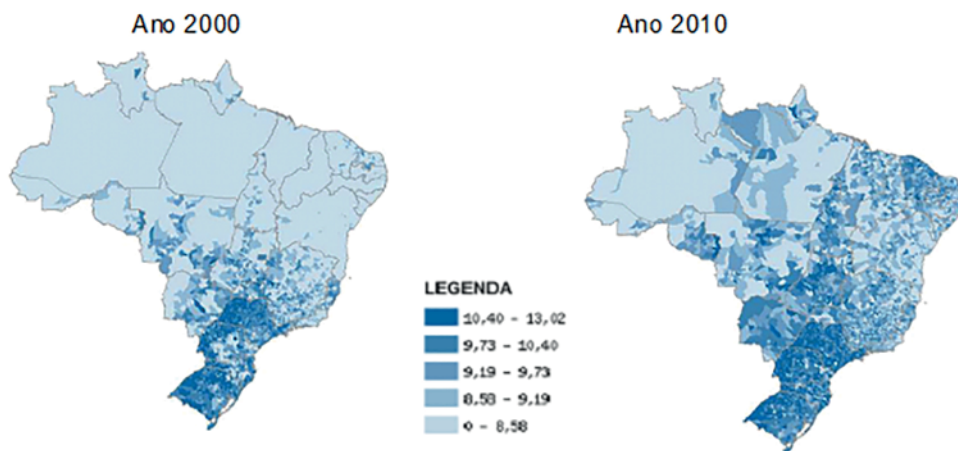
As escolhas eleitorais pelo contexto social e cognitivo do indivíduo pode ser explicado, pela “teoria Psicossociológica” do comportamento eleitoral<sup>8</sup>. A Teoria Psicossociológica surgiu dos estudos de um grupo de pesquisadores da Universidade de Michigan<sup>9</sup>, nos Estados Unidos. Nesta teoria, o eleitor é o centro da análise, ou seja, suas motivações ao nível psicológico constituem unidade de análise. Basicamente, o pressuposto desta teoria é que o comportamento eleitoral é atribuído em função das crenças do eleitor e também da estrutura de personalidade.

Segundo Antunes (2008), a Teoria Psicossociológica surgiu a partir dos estudos sobre as eleições presidenciais americanas de 1948, cujos resultados foram analisados e explicados por Campbell e Kahn (1952) intitulado: *The People Elect a president* em que, posteriormente, culminou com a publicação do livro *The American Voter*.

Nas afirmações de Antunes (2008) entende-se que o conceito central da teoria do comportamento eleitoral é o de identificação partidária. Segundo ele, a identificação partidária é concebida como afinidade psicológica, estável e duradoura em relação a um partido político, porém, não se apoia necessariamente numa ligação concreta, ou seja, numa verdadeira militância junto ao partido político.

É possível afirmar que a identificação partidária<sup>10</sup> é potencializada e/ou concretizada em eleitores que possuem melhores condições de renda e escolaridade, logo nesta conjuntura é perceptível analisar a estreita ligação entre as escolhas eleitorais e a capacidade para o exercício da cidadania, que segundo Lora (2008) diz respeito, a capacidade com que os indivíduos enfrentam a vida, com ênfase no desenvolvimento de capacidades - como uma condição necessária para o desenvolvimento pessoal e social; e o de condições materiais de vida, ou simplesmente condições de vida. Tais, capacidades, são essenciais para alcançar aquilo que considera essencial à QV, assim pressupõe que renda e escolaridade mais elevada podem ser um condicionante da qualidade de vida.

Para o caso brasileiro, analisa-se que apesar de recentes melhoras no que diz respeito ao grau de escolarização da população, o país ainda possui regiões que merecem atenção. O centro-sul do Brasil apesar de destacar-se, no que diz respeito ao grau de escolaridade, possui ainda, disparidades, como se observa na figura 3.



**Figura 3** - Brasil: Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade (2000-2010).

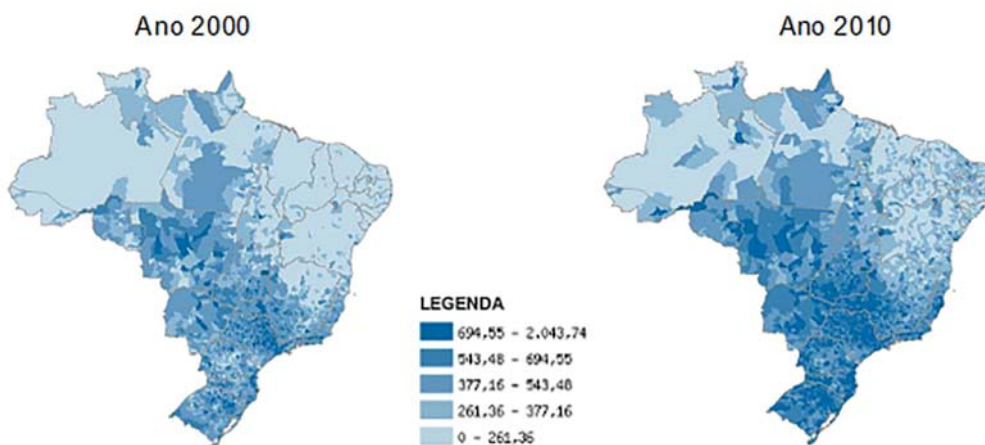
Fonte: PNUD (2013).

Org.: Os autores (2014).

As disparidades, tanto inter como intra regionais, em relação ao grau escolaridade, figura 3, tem reflexos nas atitudes e comportamentos das pessoas, e o caso do comportamento eleitoral pode seguir esta lógica. Pode-se considerar que este e a decisão do voto, por exemplo, são condicionadas pelo grau de escolaridade. O que nos remete a compreender os significados das diferenças nas decisões do voto de acordo com as regiões.

É consenso na bibliografia sobre o tema, que o grau de escolaridade condiciona a utilização de partidos políticos para a decisão do voto. Isso ocorre em detrimento da necessidade de conhecer as propostas políticas-partidárias, que na grande maioria de eleitores, a escolha por partidos não é utilizada, já que muitos não detêm conhecimento sobre estas<sup>11</sup>.

Igualmente, a renda também se posiciona como um importante condicionante de diferenciações do voto. Observa-se mais uma vez, que o território nacional mostra-se com consideráveis heterogeneidades neste quesito, como se vê na figura 4.



**Figura 4** - Brasil: Renda per capita média (2000 e 2010).

Fonte: PNUD (2013).

Org.: Os autores (2014).

Ao considerar as figuras 3 e 4 evidencia-se a convergência da distribuição espacial entre as regiões dos anos de estudo e renda per capita, ou seja, onde ocorrem as menores expectativas de anos de estudos tem-se também menores índices de renda per capita. Esta analogia poderia ser transposta para o caso do comportamento eleitoral, no sentido de que a renda consiste em um condicionante da decisão do voto, similar à lógica da escolaridade: locais com maiores níveis de renda possuem tendência de que seus eleitores decidam seus respectivos votos pelas vias partidárias. Esta consideração é consolidada em nossas discussões, a partir de estudos específicos, através da aplicação de questionários<sup>12</sup> com eleitores.

Evidenciou-se que, conforme aumenta a renda, maior é o número de eleitores que votam pelas vias partidárias - sem deixar de compreender que renda e escolaridade são critérios interligados no processo de determinação do voto, pois, esta geralmente (nem sempre) resulta em níveis mais altos de escolaridade. A tabela 1, mostra os elementos para a decisão do voto segundo o grau de escolaridade.

**Tabela 1** - Guarapuava PR: Elementos para a decisão do voto segundo o grau de escolaridade (2012).

Escolaridade*	Elementos para a decisão do voto (%)	
	A pessoa, o candidato	O partido político
Até 4ª série - Ensino Fundamental (séries iniciais)	91	9
5ª a 8ª série - Ensino Fundamental	86	14
1ª a 3ª Série - Ensino Médio	87	13
Graduação	75	25
Pós-Graduação (especialização, mestrado e doutorado)	25	75

\*A referência pela escolaridade, equivale se dá pelo nível que o eleitor frequentou a escola, independente se houve ou não a conclusão do curso.

**Fonte:** Pesquisa de Campo-aplicação de questionários (2012).

**Org.:** AUGUSTO, Daniel Cirilo (2012).

Ao comparar os dados do eleitorado com maior nível de escolaridade com aqueles com menor nível de escolaridade é possível observar que há diferenças significativas entre a decisão do voto. As diferenças entre eleitores da pós-graduação em comparação àqueles pertencentes às séries iniciais do ensino fundamental foram de 66%, quando se observa a utilização dos partidos políticos como base para a decisão do voto.

Estas diferenças decorrem da maior aptidão do eleitorado com maior grau de escolaridade em utilizar, por exemplo, as posições ideológicas dos partidos políticos para decidir seu voto. Para este grupo de eleitores a decisão é uma forma facilitada em que muitas vezes sequer precisa analisar as propostas de campanhas.

Sobre o elemento “renda”, os resultados da pesquisa em Guarapuava, a partir da aplicação dos questionários, demonstram que os níveis de renda foram significativamente diferenciados, conforme tabela 2.

Os níveis de renda condicionam a decisão do voto pelo partido político, porém em uma análise mais detalhada da tabela 2, pode-se inferir que alguns números não demonstram uma aparente influência da renda na decisão do voto por pessoa ou por partido político, isso porque alguns resultados decorrentes de níveis mais elevados de escolaridade revelam semelhanças com níveis mais baixos de rendimento mensal. Exemplo está nos eleitores pertencentes a níveis de renda entre 3 e 5 salários mínimos, que apresentaram números menos expressivos na decisão do voto por partidos políticos comparados aos eleitores pertencentes a níveis mais baixos de renda (respectivamente,  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo e 2 a 3 salários mínimos).

**Tabela 2** - Guarapuava PR: Elementos para a decisão do voto segundo a renda (2012)

Rendimento familiar mensal*	Elementos para a decisão do voto (%)	
	A pessoa, o candidato	O partido Político
Até ½ salário mínimo	100	0
½ a 1 salário mínimo	89	11
1 a 2 salários mínimos	95	5
2 a 3 salários mínimos	82	18
3 a 5 salários mínimos	90	10
5 a 10 salários mínimos	75	25
Acima de 10 salários mínimos	25	75

\*A referência é o salário mínimo de R\$ 724,00 – setecentos e vinte e quatro reais.

Fonte: Pesquisa de Campo-aplicação de questionários (2012).

Org.: AUGUSTO, Daniel Cirilo (2012).

As diferenciações ocorrem por diversos motivos, dentre eles o crescimento de oportunidades de estudos de vários segmentos dos extratos sociais, bem como aqueles eleitores que possuem nível de renda elevado, porém seu nível de escolaridade é baixo. E, por último, aquele eleitor que está desmotivado pela política partidária e, com isso, vota na pessoa que imagina possuir algum diferencial em relação aos demais, conforme demonstra o conjunto das análises dos questionários.

No que tange aos condicionantes renda e escolaridade é perceptível que ambos elementos possuem importância para a definição do comportamento eleitoral, principalmente ao se falar em partidos políticos e as identificações partidárias. Carreirão (2007) afirma que o conhecimento sobre partidos políticos e ideologias nem sempre significam uma ampla aptidão do cognitivo dos eleitores em suas escolhas eleitorais. De acordo com ele, muitos dos eleitores não possuem conhecimento do significado da palavra ideologia. O autor, explica que a diferença pauta-se, em especial, no posicionamento desses eleitores, sendo de esquerda ou de direita, ou seja, o eleitorado, ao possuir dificuldades em avaliar e identificar o arcabouço ideológico dos diversos partidos, automaticamente não está capacitado a analisar, de forma profícua, as diferenças entre os partidos. Por este motivo, para o eleitor, a diferença de ideologias se resume em duas: esquerda e direita, mesmo sem saber ao certo o significado para a filosofia política brasileira.

Diante do exposto, é possível analisar a postura dos indivíduos enquanto eleitores e observar que a utilização dos partidos políticos não ocorre em grande número, principalmente, pela falta de conhecimento sobre a política partidária e as propostas dos partidos.

Neste sentido, renda e escolaridade são elementos relevantes para a análise da política partidária e a decisão do voto, pois possibilitam reverter esta falta de conhecimento, ao passo que proporcionam aos eleitores condições de interferir e “pensar” a política partidária e as políticas públicas. Assim, a renda e a escolaridade podem contribuir para o conhecimento do eleitorado, fator essencial ao alcance da qualidade de vida por meio, por exemplo, participação na construção e implementação de políticas públicas. O fato decorre da atuação dos mais altos escalões dos governos (tanto local como nacional), que por sinal são instituídos através da organização da política partidária, via eleições e voto.

## Considerações finais

A aproximação entre qualidade de vida e comportamento eleitoral perpassa, nomeadamente pelos domínios escolaridade e renda, igualmente proeminentes nos estudos que abordam o bem estar. Neste sentido, destaca-se a importância de estudos e indicadores gerais como o IDH e de estudos específicos voltados para a compreensão das relações entre os elementos gerais, dos indicadores sintéticos (como a renda e a escolaridade do IDH) com questões mais específicas, como por exemplo, o comportamento eleitoral, que tem papel fundamental para melhoria da renda e escolaridade.

A educação possibilita o conhecimento, em sentido lato, onde se insere também o conhecimento sobre de política partidária, ou o que podemos chamar de “alfabetização política” no sentido de conhecer e participar da política, com o objetivo de mudar a realidade. Esta consolida-se como central para a formação de um eleitorado politizado, consciente e apto a contribuir para com a melhoria de sua realidade. Portanto, tal formação é um dos caminhos a se trabalhar o comportamento eleitoral, que pode influenciar a qualidade de vida, ao passo que o bem estar causado por esta qualidade de vida, pode também, influenciar no comportamento eleitoral e nas escolhas eleitorais, havendo reciprocidade.

## Referências

- ANTUNES, Rui Jorge da Silva. *Identificação partidária e comportamento eleitoral: factores estruturais, atitudes e mudanças no sentido de voto*. Tese de doutorado em Psicologia. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1995.
- Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v.13, n. 2, p.307-339, 2007.



\_\_\_\_\_. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

CASTRO, Iná. Elias. (Org.). *Geografia e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

ENCUESTA Mundial de Gallup. (2014). Disponível em: <<http://www.gallup.com/strategicconsulting/es-xm/worldpoll.aspx?ref=langDrop>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

DOWBOR, Ladislau. Série “Atlas Brasil 2013 – Desenvolvimento Humano em debate”. 2013. Entrevista concedida ao PNUD Brasil. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/PNUDBrasil>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

FIRJAN. *Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal*. Brasil. 2014. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/ifdm/>. Acesso em: 30 mar. 2014.

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. São Paulo: Editora Sumaré, ANPOCS, 1991.

EUROFOUND. Disponível em: <[www.eurofound.europa.eu/](http://www.eurofound.europa.eu/)>. Acesso em: 20 mar. 2014.

LORA, Eduardo; CHAPARRO, Juan; RODRÍGUEZ-POMBO, Maria. La satisfacción más allá del ingreso. In: LORA, Eduardo (coord.) *Calidad de vida más allá de los hechos*. Banco Interamericano de Desarrollo: Fondo de Cultura Económica, 2008.

LIMA, Marcus Vinícius Magalhães de; BOUERI, Rogério. *Aplicação de funções de distância para o cálculo de índices de bem-estar e a evolução do índice de desenvolvimento humano (IDH) para os estados brasileiros*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Texto para discussão no 1401. Rio de Janeiro, abril de 2009. 74p.

MINAYO, Maria Cecília. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, pp. 7-18, 2000.

MORRISON Institute for Public Policy. Disponível em: <<http://morrisoninstitute.asu.edu/>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

OCDE. *How's life? Measuring well-being*. OCDE. Disponível em: <[http://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-s-life\\_9789264121164-en](http://www.oecd-ilibrary.org/economics/how-s-life_9789264121164-en)>. Acesso em: 30 mar. 2014.

PNUD. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Brasil. 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

RODRIGUES, Daniel Souto. *Sistema de Informação para avaliação e monitorização da qualidade de vida em campi universitários*. Doutorado em Engenharia Civil, Ramo de Planejamento Territorial, Universidade do Minho Escola de Engenharia. 2013.

ROJAS, Mariano. *The Measurement of Quality of Life: Conceptualization Comes First*. 2008. Disponível em: <http://www.iadb.org/res/laresnetwork/files/pr308finaldraft.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

The WHOQOL Group. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): development and general psychometric properties. *Soc Sci Med*, v.46, n.15, p. 69-85, 1998.

UN. *Inequality of what? Inequality between whom?* Disponível em: <[http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Poverty%20Reduction/Inclusive%20development/Humanity%20Divided/HumanityDivided\\_Ch1\\_low.pdf](http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Poverty%20Reduction/Inclusive%20development/Humanity%20Divided/HumanityDivided_Ch1_low.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2014.

#### Notas de Fim

<sup>1</sup> Seria definida como a oportunidade (liberdade substantivas) de escolhas de realizações, de acordo com as aptidões e potencialidades individuais, materiais e imateriais (cognitivas/subjetiva e relacionais). A privação de bens como a saúde e educação implicaria na privação da possibilidade de escolhas.

- <sup>2</sup> É obtido a partir do indicador *Esperança de vida ao nascer*, através da fórmula:  $[(\text{valor observado do indicador}) - (\text{valor mínimo})] / [(\text{valor máximo}) - (\text{valor mínimo})]$ , onde os valores mínimo e máximo são 25 e 85 anos, respectivamente.
- <sup>3</sup> É obtido através da média geométrica do subíndice de frequência de crianças e jovens à escola, com peso de 2/3, e do subíndice de escolaridade da população adulta, com peso de 1/3.
- <sup>4</sup> É obtido a partir do indicador *Renda per capita*, através da fórmula:  $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{valor mínimo})] / [\ln(\text{valor máximo}) - \ln(\text{valor mínimo})]$ , onde os valores mínimo e máximo são R\$ 8,00 e R\$ 4.033,00 (a preços de agosto de 2010).
- <sup>5</sup> São considerados as matrículas na educação infantil, o abandono do ensino fundamental, a distorção idade série docentes com ensino superior no ensino fundamental, média de horas aulas diárias no ensino fundamental, resultados do IDEB no ensino fundamental, de acordo com dados do ministério da Educação.
- <sup>6</sup> São considerados o número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos por causas evitáveis, internação sensível à atenção básica (ISAB), com base em dados do ministério da saúde.
- <sup>7</sup> São considerados a geração de emprego formal, absorção da mão de obra local, geração de renda formal, salários médios do emprego formal, desigualdade, segundo dados do ministério do trabalho e emprego
- <sup>8</sup> Entende-se que o comportamento eleitoral, como uma soma de atitudes e atributos é uma dos possíveis caminhos para a análise da qualidade de vida, isso pelo fato deste comportamento, refletir aptidões cognitivas dos indivíduos.
- <sup>9</sup> De acordo com Figueiredo (2008) “Escola de Michigan” é o nome dado ao grupo de pesquisadores da Universidade de Michigan, EUA, sob a liderança de Angus Campbell. Criada no final dos anos 1950, o modelo de Michigan tem sua maior expressão no Livro *The American Voter* de Campbell (1960).
- <sup>10</sup> A identificação partidária é consolidada naqueles eleitores que possuem o conhecimento sobre a ideologia do partido político ao qual se identifica. Por este motivo, Carreirão (2003) concebe a identificação ideológica importante para o comportamento eleitoral e para a própria identificação partidária, pois estão relacionadas, identificação ideológica-identificação partidária.
- <sup>11</sup> A utilização de partidos políticos como facilitador da decisão do voto é condicionada, pelo grau de escolaridade, mas pode ser utilizada também, por eleitores com baixa escolaridade. Como foi mencionado, o grau de escolaridade é um condicionante, que pode mudar, por exemplo, ao passo que o eleitor possua outros meios de obter informações e/ou ligações com partidos políticos.
- <sup>12</sup> Os exemplos citados neste trabalho, são do município de Guarapuava-PR. Localizado na região Centro-sul do estado do Paraná, este município possui um total de 120 mil eleitores (TSE).